

## **A ARTICULAÇÃO ENTRE ENSINO MÉDIO E ENSINO PROFISSIONAL DE NÍVEL TÉCNICO, SEGUNDO A LDB E AS NOVAS DIRETRIZES CURRICULARES**

Guiomar Namó de Mello  
Diretora Executiva da Fundação Victor Civita  
Membro do Conselho Nacional de Educação

Cabe-me hoje falar sobre a articulação do ensino médio com a educação profissional. Para isso no entanto é importante situar o ensino médio no momento educacional pelo qual passa nosso país.

Dentre as mais importantes revoluções que estão ocorrendo na sociedade brasileira hoje está o crescimento da procura do ensino médio. Pela primeira vez na história brasileira os filhos das camadas majoritárias da população conseguem chegar em número significativo à etapa final da escolaridade básica.

Até este momento o ensino médio, excludente e elitizado, foi reservado às elites que se destinavam à educação superior, o que o tornou refém dos exames vestibulares. Essa situação está mudando e mudará mais intensamente nos próximos anos.

A demanda por ascender a patamares mais avançados do sistema de ensino é visível na sociedade brasileira. Essa ampliação de aspirações decorre não apenas da urbanização e modernização conseqüentes do crescimento econômico, mas também de uma crescente valorização da educação como estratégia de melhoria de vida e empregabilidade. Dessa forma, aquilo que no plano legal foi durante décadas estabelecido como obrigação, passa a integrar, no plano político, o conjunto de direitos da cidadania.

O aumento ainda lento, porém contínuo, dos que conseguem concluir a escola obrigatória, associado à tendência para diminuir a idade dos concluintes, vai

permitir a um número crescente de jovens ambicionar uma carreira educacional mais longa. Por outro lado, a demanda por ensino médio vai também partir de segmentos já inseridos no mercado de trabalho que aspiram a melhoria salarial e social e precisam dominar habilidades que permitam assimilar e utilizar produtivamente recursos tecnológicos novos e em acelerada transformação.

No primeiro caso, são jovens que aspiram a melhores padrões de vida e de emprego. No segundo são adultos ou jovens adultos, via de regra mais pobres e com vida escolar mais acidentada. Estudantes que aspiram a trabalhar, trabalhadores que precisam estudar, a clientela do ensino médio tende a tornar-se mais heterogênea, tanto etária quanto socioeconomicamente, pela incorporação crescente de jovens e jovens adultos originários de grupos sociais, até o presente, sub-representados nessa etapa da escolaridade.

As estatísticas recentes confirmam essa tendência. Desde meados dos anos 80 foi no ensino médio que se observou o maior crescimento de matrículas no país. De 1985 a 1994, esse crescimento foi em média de mais de 100%, enquanto no ensino fundamental foi de 30%.

A hipótese de que a expansão quantitativa vem ocorrendo pela incorporação de grupos sociais até então excluídos da continuidade de estudos após o fundamental, fica reforçada quando se observa o padrão de crescimento da matrícula: concentrado nas redes públicas, e, nestas, predominantemente nos turnos noturnos, que representaram 68% do aumento total. No mesmo período (85 a 94) a matrícula privada, que na década anterior havia crescido 33%, apresentou um aumento de apenas 21%<sup>1</sup>.

Se o aumento observado da matrícula já preocupa os sistemas de ensino, a situação é muito mais grave quando se considera a demanda potencial. O Brasil continua apresentando a insignificante taxa líquida de 25% de escolaridade da população de 15 a 17/18 anos no ensino médio. Outros tantos dessa faixa etária,

---

<sup>1</sup> Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), *Plano Nacional de Educação - Proposta do Executivo ao Congresso Nacional*, Brasília, MEC/INEP, 1998.

embora no sistema educacional, ainda estão presos na armadilha da repetência e do atraso escolar do ensino fundamental<sup>2</sup>.

Considerando que o egresso do ensino fundamental tem permanecido, em média, onze e não oito anos na escola, a correção do fluxo de alunos desse nível, se bem sucedida, vai colocar às portas do ensino médio um grande número de jovens cuja expectativa de permanência no sistema já ultrapassa os oito anos de escolaridade obrigatória. É a primeira vez que esse fato ocorre no sistema educacional brasileiro

Por ser um jovem trabalhador esse aluno que está chegando pela primeira vez na escola média tem a autonomia pessoal de quem ganha seu próprio sustento, saiba ele exercê-la ou não. Sua interlocução familiar difere da do jovem de classe média ou média alta: muito provavelmente ele é a primeira geração que consegue ultrapassar a barreira da escola obrigatória, o que o coloca num patamar cultural diferente de seus pais. Sua relação com a ordem jurídico institucional também é de outra qualidade, pois já é um cidadão autônomo, não tem a proteção econômica e social que a família de classe média pode oferecer.

Esse novo novo aluno do ensino médio quer e talvez precise continuar seus estudos, mas seu projeto de vida é muito mais complexo. Requer o ingresso imediato no mercado de trabalho ou a melhoria de posição dentro dele, como uma estratégia indispensável para sustentar ambições de carreira mais altas no ensino superior. Tem de trabalhar para continuar estudando.

Essa estratégia de ingresso precoce no mercado de trabalho está ocorrendo no momento em que este último passa por uma transformação tão profunda quanto vertiginosa em função da revolução tecnológica que está em curso desde a segunda metade do século XX. Está mudando o trabalho e com ele o contexto social e as relações de convivência. A reordenação geográfica e política do mundo também se transforma com velocidade. As demandas de uma sociedade que fica cada vez mais impregnada pela tecnologia, estão colocando para a escola média e para a

---

<sup>2</sup> Idem, ibidem.

própria educação profissional que o ingresso no mundo do trabalho já não é mais determinado pela quantidade de conhecimentos que uma pessoa armazenou, mas da capacidade de aplicá-los de modo pertinente. O que contam são menos as competências específicas e mais aquelas relacionadas aos “básicos” do currículo: saber falar e articular linguagem e pensamento, saber ouvir e entender o ponto de vista do outro, trabalhar em equipe, resolver problemas, ser capaz de mobilizar conhecimentos e aplicá-los com flexibilidade como condição para poder mudar de atividade não só profissional como social, ser capaz de transitar entre o ócio e o trabalho, usando o tempo livre com produtividade e produzindo com criatividade.

O Conselho Nacional de Educação está promovendo uma série de audiências públicas para divulgar e discutir as diretrizes curriculares da educação básica. A primeira dessa série de audiências foi com o grupo dos empresários. Compareceram presidentes corporativos e diretores de recursos humanos, representantes da área de finanças e empregadores em geral. O grupo não era grande mas bastante expressivo e as respostas dadas como avaliação das diretrizes curriculares unânime: “precisamos de gente que pense, que saiba tomar iniciativa, e expressar o seu pensamento; pessoas que tenham domínio da língua para se fazer entender e entender o outro, condição indispensável para o trabalho em equipe”. expressar o seu pensamento, ouvir e entender o pensamento dos outros e de trabalhar em equipe”. Surpreendentemente parecia uma reunião de educadores.

Essa demanda do mundo do trabalho e da sociedade apontam para um perfil de competências que torna muito mais fluida a distinção entre a educação básica e a educação profissional. Afinal de contas, ensinar a falar, ouvir, se expressar, a raciocinar e resolver problemas tem sido, talvez com pouco sucesso, mister da educação básica. Desde o início da alfabetização de uma criança, estão em jogo essas competências de base.

Isso significa que a articulação entre a educação básica e a profissional é mais do que nunca necessária e que a preparação do jovem para o trabalho nesta etapa de vida deve ter algumas características que aproximam mais do que distanciam a formação de base e a profissional: (a) desenvolvimento de

competências cujo início deve estar firmemente calçado numa educação básica de qualidade; (c) preparação para ocupar um posto de trabalho não definitivo, que deve ser entendido como o início de uma trajetória profissional flexível, auto gerida e de muitas etapas ao longo da vida; (c) aproveitamento da experiência de vida – inclusive a adquirida no mercado informal de trabalho – tanto na educação básica quanto na profissional. Essa necessária articulação entre o ensino médio e o técnico de nível médio precisa ser pensada de modo inovador. A simbiose que ambos viveram até hoje em nosso país requer – e a LDB tratou disso – uma construção da identidade própria de cada um para que a articulação possa ocorrer sem distorções.

Por razões que não é possível detalhar aqui, o país adotou um conjunto de iniciativas ou de políticas públicas, que não deram certo. A primeira delas foi a transformação de todo o ensino médio em profissionalizante instituída pela Lei 5692 de 1971. Essa solução, muito simplista, supostamente deveria reencaminhar os egressos do ensino médio para a profissionalização técnica para não gerar excedentes nas vagas disponíveis no ensino superior. Mas a pobreza da preparação profissionalizante no ensino gratuito e a falta de correspondência das habilitações que se poderia oferecer com as que o mercado necessitava, não resolveu o problema. A escola média perdeu o seu caráter de formação básica e não ganhou eficiência como escola formadora do ponto de vista profissional.

A outra política pública que gerou distorções foi a de incorporar na escola técnica as funções de formação de base da escola média. Embora isso tenha acontecido principalmente nas escolas públicas federais, o resultado é emblemático do que pode ocorrer se não houver uma identidade própria tanto da formação de base como da profissional. As escolas técnicas que conseguiram oferecer formação básica de qualidade acabaram sendo disputadas por aqueles que queriam entrar na universidade o que resultou também na descaracterização de sua missão.

Essas distorções mostram que a relação entre o ensino técnico de nível médio e o ensino médio de formação básica nunca foi clara porque, como já se disse, a identidade de ambos nunca foi claramente estabelecida. E talvez essa falta

de clareza fosse inevitável porque não existia uma escola média de massa. Quando se melhorava a educação profissional técnica a escola se tornava propedêutica; quando se tentava introduzir a profissionalização na escola propedêutica ela se tornava um arremedo da escola técnica.

É essa situação que está mudando com a expansão do ensino médio que passa a ocorrer na década de 90. E a LDB se mostrou sensível ao problema, estabelecendo alguns princípios que é preciso destacar e que dão início a uma nova forma de convivência da educação básica com a profissional em todos os níveis mas de especial interesse no nível médio e técnico médio.

O primeiro deles é o princípio de que o mundo do trabalho tem que estar presente em todos os níveis escolares. Para ser literal em termos da lei, essa presença do trabalho começa na educação infantil. O trabalho portanto, seja em termos de preparação específica para, seja em termos compreensão do processo produtivo ou qualquer outro termo que queiram imaginar, tem que estar presente na educação básica. A LDB vai ainda mais longe: o trabalho é um princípio organizador do currículo.

O segundo princípio é o da flexibilidade e da autonomia das instituições escolares, que foi respeitado e explicitado pela diretrizes curriculares nacionais do ensino médio. O currículo deixa de ser uma lista de conteúdos e passa a ser expresso por aquilo que queremos que resulte, o que queremos que o aluno aprenda. A LDB e as diretrizes não definem que a escola deve ensinar física, nem diz que a professora de primeira série tem que ensinar a ler e escrever. O que está definido é que a educação básica tem que desenvolver a competência no uso da língua. Ensinar a ler e escrever, ou física ou geografia, passam a ser meios para constituir competências.

O currículo por competências não é só um modismo pedagógico. Gostaria de colocá-lo num sentido muito mais amplo do que isso. O currículo por competência é a única maneira de termos uma escola de educação básica suficientemente diversificada mas com unidade nacional. Num país que tem 27

estados, que vão do Rio Grande do Sul a Rondônia, não é possível que se tenha uma lista de conteúdos que sejam comuns. O que é possível é dizer às escolas que, ao terminar a educação básica, o aluno tem que compreender os fundamentos dos processos produtivos, tem que ter autonomia intelectual, espírito crítico, tem que dominar a língua portuguesa para se expressar, se comunicar, precisa compreender o mundo, entender o significado das ciências.

Um currículo que se organiza segundo as competências a constituir e coloca os conteúdos a serviço desse processo, amplia muito a autonomia dos sistemas de ensino e das escolas. Essa organização curricular e pedagógica é decisiva para estabelecer uma nova e real articulação entre ensino médio e profissional.

O princípio da flexibilidade e o currículo por competências, permitem que exista uma separação da educação básica e da profissional a fim de preservar a identidade de ambas e ao mesmo tempo dá às propostas pedagógicas dos sistemas e escolas médias amplo espaço para eleger conteúdos básicos que são indispensáveis para a formação profissional. Permite que essa articulação ocorra por região ou setor, de acordo com necessidades próprias e diferenciadas de um país tão grande e diverso.

A nova situação desenhada pela LDB e regulamentada pelo Decreto \_\_\_\_\_ pode ser comparada, metaforicamente, a um divórcio para que um segundo casamento se realize em bases mais pertinentes, sem diluir a individualidade dos cônjuges. A fim de evitar as distorções do passado, que tornaram a escola básica um arremêdo de escola técnica ou transformaram a escola técnica em escola propedêutica, as normas legais e a política delas decorrente propõem uma articulação que pode dar-se pelos seguintes mecanismos: (a) possibilidade de realizar estudos técnicos após ou concomitantemente ao ensino médio; (b) ampla liberdade para que as escolas de ensino médio e as de ensino técnico estabeleçam articulações entre seus projetos pedagógicos para aproveitamento de estudos básicos na formação profissional de acordo com as modalidades deste último e as necessidades de alunos e regiões.

Quando o CNE elaborou as diretrizes sobre o ensino médio fez uma opção consciente por um paradigma curricular na forma de um conjunto de competências de base, sabendo que isto daria para as escolas de ensino médio uma autonomia e uma liberdade que hoje talvez elas não tenham condições de usar, mas que era muito importante incentivar abrindo o espaço normativo. Segundo essas diretrizes as escolas de ensino médio não são obrigadas a dar nenhuma disciplina específica. Isto significa, na prática, que se ela se situa por exemplo numa região litorânea pesqueira, onde existe uma escola profissional para a indústria da pesca, a equipe da escola média poderá trabalhar junto com a escola profissional na identificação de quais conhecimentos ou conteúdos são necessários para ser bem sucedido no curso profissional.

É possível que, no caso do exemplo mencionado, isso resulte em ensinar biologia marinha e não botânica, matemática necessária à navegação e não química mineral. É importante ressaltar que as competências indicadas para o ensino médio na área de ciências da natureza podem perfeitamente ser desenvolvidas com esses conteúdos, selecionados em função das necessidades da escola técnica de atividade pesqueira. Educação básica e profissional estarão assim articuladas na prática e de acordo com as características da região e dos alunos, sem que seja necessário diluir uma na outra. Essa é a articulação proposta nas diretrizes, uma articulação que acontece no dia a dia de cada projeto pedagógico.

O ensino médio tem duração determinada em lei. A educação profissional é flexível mesmo neste aspecto. Não há nenhum fundamento em estabelecer durações rígidas para a educação profissional, mesmo a de nível técnico. Tão pouco faz sentido estabelecer a mesma duração de um curso para todos os alunos. Alguns farão estudos técnicos em períodos mais longos, outros com duração menor, dependendo do tipo de competências básicas que tragam constituídas do ensino médio. Um curso técnico de turismo para um aluno de pouca formação em inglês será necessariamente mais longo do que o que se destina a um aluno que já é fluente nessa língua.



Àqueles que dirão que essa articulação e flexibilidade são difíceis de estabelecer a partir do chão da escola, pergunta-se que outro tipo de articulação é possível. Ou, dito de outro modo, se não for possível estabelecer a articulação proposta pela reforma do ensino médio e do ensino técnico que decorre das novas diretrizes, talvez não valha a pena estabelecê-la no âmbito das normas. As normas, vale lembrar, não mudam a realidade da educação. Elas apenas criam as condições para que as mudanças sejam feitas pelos únicos protagonistas em condições de fazê-las, as escolas e seus professores.

Muito obrigada.